

Notas para uma caracterização do capitalismo do fim do século XX*

FRANÇOIS CHESNAIS

SOBRE O ESTADO ATUAL DO CAPITALISMO

Em 1938, Trotski escrevia: “a catástrofe que se avizinha enche de angústia as mais profundas massas da humanidade”. Hoje esse sentimento não repousa da mesma maneira do que em 1938 sobre o medo da guerra, pois esta não atinge todos os povos com a mesma intensidade. A angústia compartilhada pelas mais amplas massas, praticamente em todas as partes do mundo, repousa sobre a constatação feita pela classe operária, a juventude e as massas oprimidas da degradação acelerada de suas condições de vida: retorno e permanência da desocupação, precariedade das condições elementares de existência, destruição da proteção social, retorno da fome, ou inclusive onde não há fome, enfermidades crescentes, volta da decadência tanto individual como social, soberba das classes possuidoras e de uma sociedade que expõe de novo com desembarço a riqueza de uns aos olhos dos que nada têm. Essas manifestações múltiplas de degradação qualitativa, de uma situação que parecia durante algumas décadas ter melhorado, expressam que um período histórico está definitivamente encerrado, aquele em que, sobre a base das relações políticas entre as classes estabelecida a partir do fim da Segunda Guerra Mundial imperialista, os dirigentes e quadros das organizações operárias, partidos e sindicatos puderam destilar na classe operária a ilusão mortal de que o capitalismo tinha sido finalmente “domesticado”, “civilizado”, que daria sempre “pano para manga” para alguns e, para outros, que ele admitia a “coexistência pacífica” e que, portanto, não havia nenhuma necessidade urgente de reivindicar o combate por destruí-lo como sistema mundial. O termo “mundialização do capital” expressa, certamente, na falta de um termo melhor, o fato de que estamos em um contexto novo de liberdade quase total do capital para despreparar-se e valorizar-se sem ter que continuar sofrendo as travas e limitações que tinha sido forçado a aceitar, particularmente na Europa, depois

de 1945. Esse capitalismo “liberado” das travas que o entorpeciam durante 40 a 50 anos não é de nenhuma maneira um capitalismo “renovado”. Simplesmente reencontrou a capacidade de expressar brutalmente os interesses de classe sobre os quais está fundado. A expressão “agonia do capitalismo” é tão atual agora como era em 1938; mas ela implica, ainda mais claramente que então, a idéia de que a agonia do capital pode converter-se em sinônimo da agonia da sociedade humana como tal, se esta se encontrasse na incapacidade histórica prolongada de superar um sistema que tem dado desde há muito tempo tudo que podia dar de positivo.

A PROPÓSITO DO TERMO “IMPERIALISMO”

A “mundialização do capital” não se compreende mais como segmento de uma fase mais longa na evolução do modo de produção capitalista. Os traços principais dessa fase têm sido resumidos em sua configuração do começo do século, de forma sintética por Lênin em sua obra de 1916. “Monopólios, oligarquia, tendências à dominação em lugar de tendências à liberdade, exploração de um número crescente de nações pequenas ou débeis por um punhado de nações ricas ou poderosas”: todos esses traços têm se exacerbado ainda mais do que eram há 80 anos. Eles traduzem a maneira pela qual se tem perseguido, para utilizar os termos de Trotski, “a evolução do capitalismo [...] por uma extensão sistemática de sua base, [...] cada capitalismo nacional se dirige às reservas do ‘mercado externo’, isto é, da economia mundial, [...] para lutar contra suas próprias contradições internas”. Entretanto, a expressão “mundialização do capital” traduz as dificuldades que podem existir ao se empregar, sem rodeios ou discussão, um termo ao qual Lênin dava o sentido preciso de “capitalismo de transição”. Qual é a natureza destas dificuldades? Elas se referem essencialmente às qualificações: “estágio superior do capitalismo”, período de “transição do regime capitalista a uma ordem econômica e social superior”, “capitalismo agonizante”, que constam de vários capítulos redigidos por Lênin. Recordemos como Lênin se

* O artigo apareceu originalmente na revista *Carré Rouge*, Paris, dezembro de 1995. Esta tradução foi feita a partir do texto em espanhol (tradução de Hernán Camarero) publicado no site <http://www.herramienta.com.ar>. Tradução de Dina Lida Kinoshita.

expressa no último capítulo de *O imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Ele escreve particularmente: “De tudo que tem sido dito sobre a natureza econômica do imperialismo, se depreende que devemos caracterizá-lo como um capitalismo de transição, ou com mais exatidão, como capitalismo agonizante.” Mais adiante, acrescenta a frase mais conhecida, em que, depois de descrever com a ajuda de um autor alemão as operações mundiais de abastecimento, produção e comercialização de um grande grupo, escreve:

É evidente que estamos em presença de uma socialização da produção, e não ante um simples “entrelaçamento”, que as relações econômicas privadas e da propriedade privada constituem um envoltório que não corresponde mais a seu conteúdo, que deve necessariamente decompor-se se sua supressão for aprazada artificialmente (se, no pior dos casos, a cura do abscesso oportunista se prolonga demasiado), mas que será inevitavelmente suprimido.

O termo “mundialização do capital” expressa, certamente, na falta de um termo melhor, o fato de que estamos em um contexto novo de liberdade quase total do capital para despregar-se e valorizar-se sem ter que continuar sofrendo as travas e limitações que tinha sido forçado a aceitar, particularmente na Europa, depois de 1945.

Na época em que Lênin estima que o imperialismo pode ser definido como “o estágio superior do capitalismo” e em que utiliza a expressão “capitalismo de transição”, a perspectiva estratégica de uma transição ao socialismo não é, em sua inspiração e em seu método, nem utopista nem “blanquista”. Tal expressão repousa (o que é um prolongamento do pensamento estratégico já exposto no *Manifesto do partido comunista*) sobre a hipótese totalmente realista, em 1916, de que existia uma conjunção em um momento em que o caráter insuportável dos sofrimentos suscitados pelo modo de produção capitalista lança as massas à ação

(em particular no momento da transformação da guerra imperialista em guerra civil), entre dois processos:

a) as forças produtivas e o processo de socialização da produção no marco do capitalismo haviam alcançado um nível suficiente para que se pusesse em prática o programa operário e as bases da sociedade socialista pudessem ter lugar imediatamente. Isso resultava tanto do nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas, *stricto sensu*, como da transformação das relações sociais no sentido amplo de uma socialização, bem como de uma internacionalização da produção (a “socialização da produção” e “as mudanças nas relações sociais de produção” de que fala Lênin);

b) a existência de uma classe operária muito importante numericamente, fortemente concentrada, derivada da própria concentração da produção capitalista e, sobretudo, organizada nas condições que Trotski descreveu alguns anos mais tarde em uma passagem conhecida onde afirma:

Durante várias décadas, no interior da democracia burguesa, servindo-se dela e lutando contra ela, os operários edificaram suas fortificações, suas bases, seus recintos de democracia proletária: sindicatos, partidos, clubes de educação, organizações desportivas, cooperativas, [...] bases de apoio da democracia operária no interior do Estado burguês [...] das quais o proletariado tem necessidade para a via revolucionária.

A conjunção desses dois fatores abria a “via direta” da revolução, “a solução mais econômica” para garantir o porvir da humanidade. Devemos guardar luto por ela. A conjunção conheceu um começo de materialização nas condições particulares expostas nas teses da revolução permanente. Ela permitiu que “a cadeia imperialista se rompesse no seu elo mais fraco”, na Rússia. Mas a subordinação traidora da social-democracia alemã a sua burguesia permitiu a esta impedir que a cadeia se rompesse em seu ponto mais estratégico. Isso conduziu ao isolamento da Revolução de Outubro e criou as condições das quais surgiu o estalinismo de forma direta. O abscesso oportunista não só continuou no tempo, mas converteu-se numa agressão à revolução e em dominação totalitária das massas com base numa forma inédita de inversão das relações de classe surgidas da primeira revolução proletária. O envoltório não tem cessado de apodrecer, e esse apodrecimento, apesar de ter sido freado durante duas ou três décadas, acelerou-se novamente. A transição não poderá mais ser feita nas condições possíveis no começo deste século. Os âmbitos da democracia proletária

têm sido debilitados ou destruídos e devem ser reconstruídos. A classe operária está ainda em via de digerir tudo que tem vivido como vacilação, traição ou dominação burocrática totalitária por parte das direções surgidas em suas fileiras ou que se apropriaram de sua representação. Por outra parte, os problemas mundiais que o capitalismo deixará como herança serão infinitamente mais sérios do que teriam sido no caso de uma transição feita a partir da revolução européia há 70 ou 75 anos. “A humanidade – escreveu Marx – não se coloca nunca problemas que não pode resolver, pois, ao mirá-los de perto, ver-se-á que o problema mesmo só surge no lugar onde as condições materiais para resolvê-lo já existem ou ao menos estão em vias de aparecer.” Pois bem, o que a humanidade conheceu no século XX é a manutenção do capitalismo, mesmo depois de ter se colocado a questão do desaparecimento deste, como questão a resolver de maneira imediata, e depois que “as condições materiais de existência” do socialismo “tenham nascido no seu seio”. Lênin sentiu essa possibilidade, mas ainda podia acrescentar em 1916 que ela “será necessariamente eliminada”. Trotski, em 1938, viu-se obrigado a dizer, de modo infinitamente mais “pessimista”, que “[...] as premissas objetivas da revolução proletária não estão só maduras mas têm começado a apodrecer [...]” Quanto a nós, é a partir das ruínas do stalinismo que devemos recomençar. Mas, para que se reconstituam as condições, necessariamente diferentes das do passado, em que a transição aparecerá de novo como possibilidade concreta, é preciso prosseguir também, atualizando-a, com a caracterização do capitalismo e sua crítica tão completa quanto possível. “Fenômeno em pleno desenvolvimento”, como disse Lênin, o imperialismo o é sobretudo pelo grau de parasitismo que mostrou ser capaz de gerar. Esse é o ponto a partir do qual é preciso empreender hoje a continuação da “crítica do imperialismo”.

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: UM GRAU DE INTERNACIONALIZAÇÃO QUALITATIVAMENTE ACRESCENTADO

A “poderosa realidade independente” não deve ser interpretada somente em referência à esfera do intercâmbio (“a divisão internacional do trabalho”). Do mesmo modo que para a noção de “mercado mundial” de Marx, ela deve ser compreendida como engloban-

do o movimento do capital em suas três componentes: capital comercial, capital produtivo de valor e de mais-valia e capital-dinheiro centralizado e concentrado (chamado também financeiro). Lênin fazia a constatação de que “a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particular”, como um dos cinco traços fundamentais que definiam a fase do imperialismo. Esse processo tem crescido sem cessar. O movimento do capital produtivo de valor e de mais-valia tem-se internacionalizado e se desloca cada vez mais, do mesmo modo que os mercados financeiros em que o capital financeiro concentrado se move. Nesse sentido, um professor universitário como H. Bourguinat defende uma maneira de abordar a análise que é infinitamente mais “marxista” do que a de muitos que se consideram como tais. Balizando o método a seguir para a pesquisa em economia financeira internacional, ele escreve: “Não se pode ir somente do particular (os mercados financeiros nacionais) para o geral (o mercado mundial), mas também tratar de analisar este, desde o princípio, como uma rede que tem suas próprias leis, seus preços diretores, suas determinações, seus atores [...]” sem descuidar por isso do papel que exerce “o *fato nacional*, que continua existindo, mesmo que o mercado financeiro mundial esteja hierarquizado e estruturado”.

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL COMO MARCO DA OFENSIVA CONTRA AS MASSAS

Mesmo sendo um segmento particular de uma fase mais longa na evolução do modo de produção capitalista, o período atual implica certas características tanto da política (ou mais precisamente de mudança das relações políticas entre as classes, bem como no interior das principais classes), quanto do movimento interno da acumulação capitalista tomada como tal. A noção de “relações políticas entre as principais classes” nunca foi o objeto dos desenvolvimentos teóricos que merece. Ela traduz o fato de que a existência da propriedade privada dos meios de produção e do Estado burguês é compatível com situações muito variadas quanto à modalidade de participação dos partidos operários no exercício do poder em nível do Estado, à liberdade de manobra de que dispõe a burguesia e às condições em que ocorre a distribuição do excedente social entre salários (diretos e indiretos) e lucro. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial imperialista,

na época em que a crise revolucionária do fim da guerra foi contida pelo stalinismo, a burguesia extremamente debilitada em todo o mundo, salvo nos EUA, teve que fazer concessões muito importantes em todos os planos. Inclusive a burguesia norte-americana, para superar a crise e em seguida ganhar a guerra imperialista, viu-se forçada a oferecer à classe operária o *New Deal*". Essas concessões tomaram forma em instituições (o seguro social, por exemplo) e em estatutos. Em muitos países, logo depois de serem diminuídos, esses direitos e posições tinham sido de novo momentaneamente consolidados e estendidos como resultado de uma luta de classes que abarcou um conjunto de países entre 1968-69 (França, Checoslováquia, Itália) e 1975 (queda de Saigón e revolução em Portugal). A partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida por seus componentes norte-americano e britânico, empreendeu, com certo êxito, uma modificação internacional em seu benefício e, por conseguinte, no marco de praticamente cada país, as relações políticas entre as classes. A burguesia mundial começou então a dismantelar as instituições e estatutos que tinham materializado o estado anterior das relações. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram em um e outro país desde que assumiram o poder os governos de Thatcher em 1979 e de Reagan em 1980, restituíram ao capital uma liberdade para deslocar-se à vontade e mover-se no plano internacional de um país ou continente a outro, como não se via desde 1914. Na França, essas políticas foram postas em prática a partir de 1983, com a União de Esquerda, sob o impulso de governos e ministros socialistas – primeiro, Delors, em seguida, Fabius, Bérégovoy e Rocard. O retorno ao governo do PRP e da UDF consolidou e ampliou o trabalho empreendido antes que eles e que o governo Juppé quisessem ir mais longe. É no domínio da moeda e das finanças, por um lado, e do emprego e das condições contratuais do trabalho, por outro, que as políticas de liberalização e desregulamentação têm sido levadas mais longe e da maneira mais homogênea de um país capitalista a outro. As prioridades ditadas pelo capital são as do capital implicado na extração da mais-valia na produção de mercadoria e de serviços, mas sobretudo de uma maneira ainda mais forte, desde uns quinze anos, as de um capital extremamente centralizado que conserva a forma dinheiro e que pretende frutificar como tal no próprio interior da esfera financeira. O poder, ou a existência mesma desse capital financeiro, é defendido pelas instituições financeiras internacionais e os Estados mais poderosos do globo, a todo custo. Os 55

bilhões de dólares adiantados no começo do ano por instituições que agem como "emprestadores em último recurso" para evitar que uma falência do Estado mexicano ponha em marcha um processo em cadeia de desvalorização da confiança no plano mundial o têm recordado mais uma vez. Não se pode assegurar que essas instituições mantenham tal resultado indefinidamente. Pois as operações do capital financeiro incluem um componente cada vez mais importante de capital fictício, cuja dimensão anuncia, cedo ou tarde, o desencadeamento de uma grande crise. O reaparecimento, em primeiro plano, do capital de renda foi acompanhado com o retorno da exploração sob as formas mais abertas. O capitalismo envolvido na produção e no comércio concentrado utilizou a liberdade que recobrou ao desprender-se e mover-se à vontade de um país ou continente a outro, para começar a reimpor à classe operária dos países capitalistas avançados as condições de exploração que nunca deixaram de ser as da maior parte dos países sob dominação imperialista. Ajudadas pela política seguida pelos sindicatos, que consiste, em nome dos "imperativos da competitividade", em seguir cada vez mais de perto a cada burguesia, as empresas têm podido utilizar sua nova liberdade de ação para transformar as tecnologias contemporâneas em armas de guerra contra a classe operária.

A classe operária está ainda em via de digerir tudo que tem vivido como vacilação, traição ou dominação burocrática totalitária por parte das direções surgidas em suas fileiras ou que se apropriaram de sua representação.

O modelo anglo-americano, centrado na desregulamentação e na "flexibilidade" dos contratos salariais, tem ganho terreno e tem servido para reconstituir um imenso exército industrial de reserva. Cada passo adiante na introdução da automação contemporânea, baseado nos microprocessadores, tem sido a ocasião para destruir as formas anteriores das relações contratuais tanto como os meios inventados pelos operários, com base nas técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no lugar de trabalho.

A ECONOMIA MUNDIAL COMO UNIDADE DIFERENCIADA E HIERARQUIZADA

A análise da economia mundial exige a reapropriação das ferramentas analíticas próprias para reaprender o que é uma totalidade sistêmica que compreende relações de diferenciação e de hierarquização. O próprio conceito de capital deve ser pensado como uma unidade diferenciada e hierarquizada. O capital produtivo (ou capital envolvido na indústria em sentido amplo), o capital comercial (ou capital envolvido no negócio da grande distribuição concentrada) e o capital financeiro devem ser abordados como “elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade” (Marx, “Posfácio” a *Contribuição à crítica da economia política*). Da diferenciação entre as três formas podem brotar contradições inegáveis. Mas, por mais profundas que elas possam parecer, estão circunscritas pelo fato de que o capital em todas as suas formas repousa sobre a propriedade privada (o que marca os limites de todo enfrentamento econômico ou político entre os representantes das diferentes frações) e hoje pelo fato de que as três formas, inclusive a forma do capital “produtivo”, estão marcadas por uma característica financeira extremamente forte. A mesma observação se impõe para as relações entre Estados. O caráter de unidade diferenciada e hierarquizada vale para a economia mundial, entendida como relações de rivalidade, de dominação e de dependência política entre Estados. A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais sobre os quais recai a tarefa de defesa da propriedade privada mais que nunca. Mas esses processos acentuam os fatores de hierarquização entre países, ao mesmo tempo que redesenham a configuração. O abismo que divide os países participantes (mesmo que não seja mais marginalmente) na dominação econômica e política do capital financeiro e os que sofrem essa dominação aumentou ainda mais. Mas a mundialização e o triunfo atual do capital financeiro foram acompanhados também por modificações nas relações de classe entendidas dessa vez como relações internas às burguesias imperialistas. Os EUA acentuaram seu peso não somente pelo desmoronamento da URSS e dos aparelhos stalinistas, cujas frações se comprometeram desde então em diversas modalidades, a maioria das vezes mafiosas, de conversão ao capitalismo, mas sobretudo devido à posição no plano do capital

financeiro que é bem superior à que eles mantêm no plano industrial. O fato de os EUA serem a principal fonte do parasitismo financeiro que gangrena o capitalismo mundial não os impede de impor sua hegemonia por todos os meios disponíveis. Os conflitos entre burguesias são, por definição, conflitos que se colocam no terreno do apego comum ao regime da propriedade privada. É por isso que sua forma, ao mesmo tempo mais perfeita e mais corrente, foi sempre militar. Hoje, como nenhuma burguesia pode confrontá-los militarmente e como nenhuma vai questioná-los no plano do sistema de propriedade dos meios de produção, os EUA desfrutam de uma situação sem precedentes históricos. A rivalidade entre modos de organização do capitalismo (capitalismo “renano”, “japonês” e “anglo-saxão”) não pode ir muito longe e os EUA, aos poucos, impõem aos outros exatamente as regras do jogo que lhes convêm e que são calcadas nas necessidades do capital financeiro de que eles são o cerne. Entretanto, os EUA não escapam ao fato de que “o mercado mundial domina, em nossa época, todos os mercados nacionais” e que eles contêm, mais que qualquer outro país grande, a anarquia inerente ao modo de produção capitalista, que alcança seu paroxismo no domínio financeiro. No dia em que estourar a crise financeira, sua dívida pública será quase com certeza o epicentro.

MUNDIALIZAÇÃO E FETICHISMO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

O recurso – transmitido quase permanentemente pelos jornalistas e políticos – da “globalização da economia” para designar a fonte de todos os problemas serve-lhes para justificar, em nome de obrigações externas inexoráveis, a necessidade para os assalariados e a juventude de “adaptar-se” às exigências do capital e aceitar todas as políticas retrógradas e destrutivas de relações sociais e de existências humanas postas em prática pelos governos. Mas, além desse uso apologético, o termo tornou-se sinônimo de uma fuga para a frente em relação aos processos e mecanismos sobre os quais políticos, empresários e banqueiros reconhecem que têm cada vez menos controle. O retorno com força da noção de “mercado” tem o mesmo significado contraditório. Seu uso revela até que ponto a economia mundial globalizada abriu o caminho para uma expansão quase ilimitada do “fetichismo da mercadoria”. Hoje, num grau mais elevado do que nunca, o que alguns anunciam ou denunciam sob o nome de “economia virtual” se relaciona com a análise feita por Marx de mecanismos pelos quais “o

caráter social da atividade e do produto, bem como a participação do indivíduo na produtividade, são estranhos e reificados frente ao indivíduo. As relações que eles mantêm são, de fato, uma subordinação a relações que existem independentemente deles e surgem do choque entre os indivíduos indiferentes uns aos outros. O intercâmbio universal de atividades e de produtos, que se tornou a condição de vida e a relação mútua de todos os indivíduos particulares, apresenta-se a eles como uma coisa estranha e independente” (Marx, *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, vol. I). O caráter de fetiche das relações capitalistas se multiplica com o ressurgimento, em uma escala sem precedentes históricos, das operações do capital, que conserva a forma dinheiro e se valoriza por punções sobre as receitas formadas na produção de valor e mais-valia, mas sem sair da esfera financeira. Não é correto citar demais, mas é ainda mais absurdo parafrasear análises que foram o produto de um só autor, ou quase – inclusive – daqueles que analisaram o capitalismo sob o ângulo da crítica da economia política e para combater a burguesia. No capítulo XXIV do livro III de *O capital*, Marx estende a teoria do fetichismo ao capital portador de juros ou capital de empréstimo, “a forma mais alienada da relação capitalista”. Já que o juro é apenas uma parte do lucro, quer dizer, da mais-valia que o capitalista ativo arranca ao operário, o juro se apresenta agora como o fruto propriamente dito do capital, como a coisa primeira; o lucro, por sua vez, que então adota a forma de lucro empresarial, aparece como um simples acessório e adicional que se agrega durante o processo de reprodução. Nesse caso, a forma fetichista do capital e a representação do fetiche capitalista chegam a seu ponto culminante. D-D’ representa a forma vazia de conteúdo do capital, a inversão e a materialização das relações de produção elevadas à máxima potência: a forma produtora de juros, a forma simples do capital, na qual este é a condição prévia de seu próprio processo de reprodução. É a capacidade do dinheiro ou da mercadoria de fazer frutificar seu próprio valor, com independência da reprodução: “é a mistificação capitalista em sua forma mais brutal”.

“É então no capital produtor de juros que se destaca com clareza esse fetiche mecânico: valor que se valoriza por si mesmo, dinheiro que gera dinheiro. Nessa forma, já não ostenta as marcas de sua origem”. No momento em que Marx escrevia estas linhas, as operações do capital financeiro ainda eram de um montante muito débil. Elas estavam subordinadas sobretudo ao movimento do capital industrial e não pretendiam reger a atividade social completamente como hoje.

A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais sobre os quais recai a tarefa de defesa da propriedade privada mais que nunca.

A CURVA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA AO CERNE DO SISTEMA MUNDIAL

A modificação das relações políticas entre as classes a favor da burguesia não anuncia um novo auge do capitalismo. A hipertrofia da esfera financeira que se formou a partir dos anos 70 não se compreende fora das contradições e dos impasses acumulados pela economia capitalista mundial ao fim da fase precedente. A figura 1, traçada pela Brooking Institution de Washington e reproduzida no trabalho de W. Cline, cujo título é revelador das inquietudes de uma parte dos funcionários americanos (“Os riscos do estancamento nos anos 90”), mostra bem qual tem sido a curva da produção capitalista desde há 30 anos, desde que o impulso dado pela reconstrução dos estragos da Segunda Guerra Mundial foi reabsorvido; a curva se inclina para a base, e muito antes da severa recessão de 1974-75. No curso da década de 90, a curva tem-se estabilizado ao redor de 2%, prolongando e confirmando a tendência mais longa. Certos institutos de investigação têm a hipótese de que ela vai cair ainda mais. Nessa curva se esclarece, junto com os traços da fração dominante que vimos, a reflexão sobre o porvir que o capitalismo pode oferecer à humanidade, agora que a derrocada do stalinismo o tem deixado só na corrida. Neste fim de século XX, a análise da situação da economia e da sociedade mundiais deve ser abordada simultaneamente sob dois ângulos. Por um lado, ela está marcada pela ofensiva generalizada do capital e dos Estados capitalistas contra a classe operária, a juventude e as classes oprimidas. Pelo outro, constata-se a multiplicação das manifestações não somente do impasse da economia capitalista mundial e que são sintomas de uma crise

econômica maior. O epicentro dessas contradições é o setor financeiro, ponto avançado do parasitismo que fortalece o capitalismo, mas cuja perenidade representa sobretudo uma terrível ameaça para o porvir da humanidade.

A ATUALIDADE RECOBRADA DE UM PARÁGRAFO “INDEFENSÁVEL” DO MANIFESTO

No *Manifesto do partido comunista* há um parágrafo que durante 30 anos parecia indefensável, inclusive para muitos militantes cuja pertinência e número não se limitavam àqueles diretamente influenciados pelas teses relativas ao “neocapitalismo”. Em tal parágrafo, Marx e Engels escrevem:

Para oprimir uma classe, é preciso assegurar-lhe condições que lhe permitam, pelo menos, arrastar sua existência de escravidão. O servo, em pleno regime de servidão, chegou a membro da comuna, do mesmo modo que o pequeno-burguês chegou a elevar-se à categoria de burguês sob o jugo do absolutismo feudal. O operário moderno, pelo contrário, longe de elevar-se pelo progresso da indústria, desce sempre mais e mais abaixo das condições de vida de sua própria classe. O trabalhador cai na miséria, e o pauperismo cresce mais rapidamente ainda que a população e a riqueza. É, pois, evidente que a burguesia já não é capaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante da sociedade nem de impor a esta, como lei reguladora, as condições de existência de sua classe. Não é capaz de dominar, porque não é capaz de assegurar a seu escravo a existência nem sequer dentro do marco da escravidão, porque se vê obrigada a deixá-lo cair a ponto de ter que mantê-lo, ao invés de ser mantida por ele.

A burguesia tem a firme intenção de continuar dominando tanto tempo quanto se lhe permita, qualquer que seja o custo social e humano implicado, mundialmente e em cada país. O capital, do mesmo modo, não tem mais a intenção de explorar a fração crescente da classe operária e da juventude que se deixa inclusive de contabilizar nas cifras do exército industrial de reserva, porque ele já produz mais-valia que não pode realizar. Mas a burguesia não tem a intenção, por isso mesmo, de alimentá-la. Assim como Juppé acaba de recordá-lo no caso francês, ela prevê fazer recair sobre o salário da classe operária já ajustado o peso essencial dos gastos de “solidariedade”. No

debate sobre a “fratura social” e “a exclusão”, em que os dirigentes e os quadros das organizações operárias tradicionais aceitam participar, é preciso opor o combate contra o capitalismo, um de cujos componentes é o trabalho de educação e de propaganda sobre os fundamentos deste modo de produção capitalista, o porvir que lhe oferece à juventude e as condições de sua superação, não de maneira abstrata mas no momento preciso da história. A forma insidiosa de união nacional que os dirigentes e quadros das organizações políticas e sindicais têm mantido com os governos sucessivos em nome da competitividade internacional, com que querem convencer a classe operária de que está bem fundamentada, se choca com o caráter radicalmente antagônico das relações de produção de um sistema em que “o fim imediato e [o] motor determinante são a produção da mais-valia”. Ardentemente os trabalhadores gostariam da paz que o capital não lhes outorga. É do lado do capital que a luta de classes não conhece nenhuma trégua.

A produção centrada na obtenção do valor e da mais-valia implica a tendência permanente de reduzir o tempo de trabalho necessário na produção de uma mercadoria [...] abaixo da média social existente em cada momento. Esta tendência de reduzir o custo da produção a seu mínimo torna [...] o incentivo mais poderoso visando acrescentar a força produtiva social do trabalho, mas este acréscimo contínuo das forças produtivas do capital [...] enfrenta o operário e em oposição direta com seu próprio desenvolvimento.

Produzindo a acumulação do capital e à medida que ela tem êxito, a classe operária produz ela mesma os instrumentos de sua posição de retrocesso, de sua metamorfose em superpopulação relativa, quer dizer de sua desqualificação, de sua desocupação, de sua degradação. O argumento principal dos que se colocam em uma ótica de perenidade do capitalismo, e para os quais não há mais alternativa além de adaptar-se às necessidades do capital financeiro (ou os que querem, por uma razão ou outra, administrar calmantes à classe operária), consiste em dizer que fases de depressão longa com desemprego elevado já ocorreram no passado e que a recuperação da acumulação sempre acabou permitindo, “cedo ou tarde”, a reintegração do exército industrial de reserva no ciclo da produção e da renda. Essa perspectiva repousa na hipótese de que voltará a ser rentável para o capital explorar os trabalhadores que não explora mais ou que ainda nunca explorou (a juventude). Isto é, ignorar a maneira como o capitalismo, em sua evolução, modifica o conjunto das condições sociais nas quais ele se move. Para limitar-se a al-

guns pontos, isto é, depreciar entre outras coisas: 1) as mudanças na massa de mais-valia criada depois de modificações qualitativas no nível da taxa de exploração; 2) a mobilidade internacional do capital, e 3) a importância que vem ocupando o capital financeiro valorizando-se como capital-dinheiro.

ALGUMAS HIPÓTESES RELATIVAS À APROPRIAÇÃO DA MAIS-VALIA

No capítulo XV do livro III, que é um dos capítulos chave de *O capital*, a propósito das crises periódicas e da “superpopulação relativa” que acompanha a superabundância do capital, Marx fala do “excedente de operários que o capital excedente não emprega devido ao baixo grau de exploração do trabalho em que teria que empregá-los”. Sabendo que, em um contexto de crise, sempre há uma baixa salarial e crescimento da intensidade e da duração do trabalho provido pelos operários que conservaram um emprego, essa advertência nos remete às condições sociais que dirigem a diminuição do montante de “trabalho necessário” à reprodução da força de trabalho e o aumento da massa de mais-valia apropriada, mediante o crescimento da mais-valia relativa. A capacidade do capital de apropriar-se da “potência coletiva do trabalho emergente da cooperação” é um dos temas maiores do livro I de *O capital*. Marx não tinha lido os escritos de Taylor (que deu seu nome ao “taylorismo”), nem os do engenheiro da Toyota, Ohno, arquiteto do “toyotismo”, mas tinha lido os de Babbage e de Ure e pôde demonstrar que “a aplicação tecnológica da ciência à produção” era estreitamente dependente da aptidão de organizar a produção de forma que o efeito dos avanços propriamente técnicos seja maximizado. É dessa capacidade que depende, em boa medida, o crescimento da intensidade do trabalho no nível de cada empresa, no quadro de uma duração legal dada, a importante vigilância e o aumento dos ritmos que estão subordinados à aptidão da empresa de organizar essa “potência coletiva”.

Pois bem, é dela que depende a obtenção da mais-valia relativa definida como diminuição do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, também chamado processo de desvalorização do valor da força de trabalho. Recordemos o exemplo dado por Marx: o industrial da confecção tem na fabricação de camisas, como todo capitalista, “um objetivo determinado, a maior extração possível de mais-valia”. Esse dedicou-se intensamente, pois, a intensificar o trabalho e a

acrescentar o rendimento pelo uso de novos equipamentos. Mas aumentando a produtividade do trabalho em sua empresa e contribuindo também para a concorrência dos outros capitalistas do ramo baixarem o preço das camisas, ele contribui para abreviar o valor da reprodução da força de trabalho e para aumentar a mais-valia relativa (para ele de modo infinitesimal, mas para a classe capitalista em seu conjunto, de maneira mais significativa). “Não é obrigatório que tenha a intenção de fazer diminuir com isso o valor da força de trabalho [...] mas, definitivamente, só quando contribui para este resultado está contribuindo para a elevação da taxa geral de mais-valia. É preciso distinguir as tendências necessárias e gerais do capital, por um lado, e as formas em que aparecem, por outro” (I, XII).

A burguesia tem a firme
intenção de continuar
dominando tanto tempo
quanto se lhe permita,
qualquer que seja o custo
social e humano implicado,
mundialmente e em cada país.

A BASE ESSENCIAL SOBRE A QUAL SE SUSTENTA O PARASITISMO FINANCEIRO

A mais-valia relativa se apresenta pois como um “maná caído do céu”, de que cada capitalista individual se beneficia ao mesmo tempo que a maioria contribui para ela. Ela repousa sobre o processo de socialização da produção que o capitalismo efetua nos limites da propriedade privada dos meios de produção. Ela se manifesta, entre outros, pela formação de inter-relações densas no seio do sistema industrial, pela divisão do trabalho entre as empresas que se desenvolvem em paralelo com a concorrência. Trata-se, pois, de uma propriedade geral do sistema capitalista nascida da socialização das forças produtivas e, em primeiro lugar, do trabalho, que este desenvolve por sua vez sobre a base das relações de propriedade privada e de maneira contraditória a elas. É em virtude dessa propriedade que o parasitismo financeiro pode sustentar-se em meio de punções gigantescas sobre a substância de um exce-

dente social que ele gangrena. Mas o crescimento sobre essa base da massa de mais-valia poderia igualmente estar na origem da situação que parece estar marcada estruturalmente, tanto por “uma abundância excessiva” de capital industrial em relação a níveis dados de lucro, como por superpopulação operária relativa ou abundância excessiva de salários. Mesmo no apogeu da “regulação fordista”, quando as convenções coletivas pretendiam associar os salários à “repartição dos lucros da produtividade”, assistia-se já com muita clareza à situação apresentada por Marx no século XIX, a título de perspectiva ou de hipótese, a saber: “a uma baixa contínua do preço da força de trabalho, um aumento contínuo da mais-valia e uma ampliação do abismo existente entre as condições de vida do trabalhador e do capitalista”, inclusive se a possibilidade estava dada aos salários de adquirir “uma massa superior de subsistência” (I, XVII). Esse “aumento contínuo da mais-valia”, sob a forma de desvalorização do valor da força de trabalho, aumenta a massa da mais-valia; ela agrava os problemas ligados a sua realização; ela influi nas condições em que é rentável contratar operários, inclusive superexplorando-os. Não é de nenhum modo contraditório que esse processo tenha desembocado ou esteja emparelhado com o retorno da exploração sob suas formas mais brutais. As leis constrangedoras da concorrência, que são as únicas das quais os capitalistas têm consciência imediata, junto com o enfraquecimento político e organizativo dos trabalhadores, resultado da crise e dos impasses políticos criados pelos aparelhos, as favorecem. Nos países dominados do “Terceiro Mundo”, os capitalistas, sejam estrangeiros ou autóctones, baseiam suas operações exclusivamente sobre a extração da mais-valia absoluta. Nos países capitalistas avançados, ela adquiriu uma importância crescente no curso dos últimos 15 anos. Os capitalistas, pertencentes a cada grupo industrial e a cada país, são encurralados pela crise, pelo estancamento da demanda em termos absolutos e seu retrocesso em termos relativos (em relação às capacidades de produção existentes, que continuam sendo “modernizadas” e reestruturadas). Eles se enfrentam com uma acentuação brutal da concorrência interimperialista e devem satisfazer mais as pretensões do capital financeiro, cuja “remuneração” surge da dedução do lucro. Eles buscam hoje, por sua vez, acrescentar a intensidade e a duração do trabalho e reduzir o preço da força de trabalho. Eles recorrem a meios que não dependem mais dos efeitos mecânicos da alta da produtividade do trabalho, mas da vontade deliberada de diminuir o preço da força de trabalho abaixo de seu

valor médio através de ataques contra o salário, tanto sob a forma do salário pago como do diferido. Nenhuma “reativação do consumo” (terapêutica “marx-keynesiana” ligada ao reformismo mais plano, que alguns queriam fazer passar como uma “reivindicação revolucionária”) pode transpor “o abismo entre as condições de vida do trabalhador e do capitalista” numa escala tal que permita a recuperação da acumulação e a reintegração do exército industrial de reserva em suas diferentes componentes e camadas. Ocorre o mesmo com a redução do tempo de trabalho. Mesmo formulada de modo a distingui-la cuidadosamente do “tempo parcial”, termo sinônimo da flexibilidade e da precariedade, bem como das diferentes “adaptações da jornada de trabalho” que o patronato está disposto a aceitar, trata-se de uma reivindicação que não tem valor como reivindicação transitória de mobilização contra o Estado e o capital no terreno da luta contra o desemprego e suas conseqüências em termos de degradação e decadência. Não é com base nas relações de propriedade capitalista que pode haver “repartição do trabalho e do tempo livre” em benefício da classe operária. A “gestão e o desfrute do tempo livre” são indissociáveis do controle da riqueza social e do exercício do poder. No marco de um sistema que submeteu todas as atividades sociais ao reino da mercadoria, e faz das “distrações” um instrumento poderoso de dominação ideológica, os discursos sobre “o tempo livre” têm o sentido de acentuar a atomização da classe operária que os mecanismos da produção criam, e de entregar os assalariados atados de pés e mãos às indústrias de consumo e às de “difusão”.

O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAPITAL INDUSTRIAL

O parasitismo tem igualmente como base de sustentação as operações contemporâneas do capital industrial. Muitas pessoas estão dispostas a reconhecer os traços rentistas do capital financeiro, mas não os do capital envolvido na produção e nos serviços. Estão erradas. O capital envolvido na produção não escapa à caracterização geral do capitalismo na fase de mundialização caracterizado pela renda. A mundialização do capital se manifesta sob a forma de uma progressão quantitativa e qualitativa do movimento de centralização e concentração do capital industrial. Os grandes grupos são maiores e aparecem mais fortes do

que nunca. Eles se encontram seguros frente às empresas e aos países menos fortes, aos quais podem ditar seus termos, mas seu grau de financiamento traduz a força de pressão que o capital financeiro mais concentrado ainda exerce sobre eles. “Concentração da produção e do capital que chegou a um grau de desenvolvimento tão elevado, que ela criou os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica.” Tal era o primeiro dos “cinco traços fundamentais” da definição de Lênin. Hoje, esse grau de concentração é ainda mais elevado, bem como suas conseqüências foram reforçadas pelo movimento concomitante de centralização por fusão-aquisição. A oposição estabelecida por Marx entre os dois movimentos merece ser recordada, pois ela não teve a atenção que merece. Quando a concentração do capital é o processo “que repousa diretamente sobre a acumulação, ou melhor, que se confunde com ela”, a centralização remete a “um processo profundamente distinto”, que se apresenta como “a atração que reúne diferentes focos de acumulação e concentração, a concentração dos capitais já formados, a fusão de um número superior de capitais individuais em um número menor”.

O importante é a caracterização que remete ao conteúdo parasitário da operação. “A centralização – insiste Marx – não exige mais do que uma mudança de distribuição dos capitais existentes, mais que uma modificação no ajuste quantitativo das partes integrantes do capital social. Mesmo que o alcance e a energia relativos do movimento centralizador sejam, em certa medida, determinados pela grandeza adquirida e a superioridade de seu mecanismo econômico, o progresso da centralização não depende de um crescimento positivo do capital social” (I, XXIV). Ao longo dos anos 80, ao redor de 80% dos investimentos diretos no estrangeiro ocorreram entre países capitalistas avançados, cerca de três quartas partes das operações que tinham como objetivo a aquisição e a fusão de empresas existentes, quer dizer, uma mudança de propriedade do capital e não uma criação de meios de produção novos. Impulsionados pelas exigências da concorrência que impõe aos grupos mais fortes arrebatar às firmas absorvidas suas partes do mercado e reestruturar e “racionalizar” suas capacidades de produção, e favorecido e facilitado pelas políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, o movimento de centralização e concentração desenvolveu-se há mais de dez anos em uma escala sem precedentes, como processo propriamente internacional na escala do que se denominou a “tríade”. A “concentração dos meios de produção em poucas mãos” alcançou dimensões insuspeitas, fazen-

do fracassar todos os prognósticos otimistas sobre a desconcentração do poder econômico. Ao final do processo combinado de investimentos internacionais cruzados e de aquisições e fusões, a taxa de concentração mundial caiu a níveis correspondentes; todas as coisas iguais, por outra parte, que permitiam diagnosticar, até há vinte anos atrás, a existência de uma situação de oligopólio no plano nacional. As formas muito concentradas da produção e de comercialização em escala internacional estão longe de ser uma novidade. Na indústria do petróleo ou da extração e tratamento de metais não-ferrosos (por exemplo, o alumínio), uma concentração elevada tem sido há tempo um traço dominante da oferta. O que é característico da fase da mundialização do capital é a extensão de estruturas de ofertas muito concentradas (monopolistas ou oligopolistas) para a maioria das indústrias de forte intensidade tecnológica, bem como em numerosos setores industriais de fabricação em grande escala.

LUCRO E RENDA NOS GRUPOS INDUSTRIAIS CONTEMPORÂNEOS

A marca rentista que caracteriza o capital envolvido na produção tem, por uma parte, numerosas interconexões entre capital “produtivo” e capital valorizado sob a forma financeira. Hoje, o grande grupo é quase sem exceção uma sociedade *holding*. Mesmo quando se costuma designar com o nome de “empresas” ou “firmas” as organizações capitalistas, de implantação e operações transnacionais, se está em presença de grupos financeiros de domínio industrial, que se distinguem ainda mais da grande massa de empresas. No quadro da mundialização financeira, o que se chama o “financiamento” dos grupos aumentou consideravelmente. São num grau ainda maior, grupos financeiros de dominação industrial, mas com diversificações nos serviços financeiros, bem como com uma atividade cada vez mais importante como operadores dos mercados de câmbio e dos mercados em que se negociam as formas mais notáveis de capital fictício, particularmente dos “produtos derivados”. A organização em *holding* tem precisamente por objetivo tornar mais fácil a entrada em cheio nas finanças globalizadas (como os grupos possuem um banco de grupo ou como confiam a responsabilidade das operações financeiras a sua direção financeira). É uma primeira maneira essencial para os grupos industriais participar da tendência ao fortalecimento das posições de traços rentistas do capitalismo contemporâneo. Mas não é só isso,

Mesmo no apogeu da “regulação fordista”, quando as convenções coletivas pretendiam associar os salários à “repartição dos lucros da produtividade”, assistia-se já com muita clareza à situação apresentada por Marx no século XIX, a título de perspectiva ou de hipótese, a saber: “a uma baixa contínua do preço da força de trabalho, um aumento contínuo da mais-valia e uma ampliação do abismo existente entre as condições de vida do trabalhador e do capitalista”, inclusive se a possibilidade estava dada aos salários de adquirir “uma massa superior de subsistência”.

de modo algum. A multiplicação do número de operações gigantescas de aquisições-fusões reforçou sem cessar o caráter monopolista do setor industrial e das atividades de serviços. “Formação de uniões internacionais capitalistas monopolistas que dividem o mundo entre si”: tal é a maneira pela qual Lênin formulava o quarto “traço fundamental”. Essas “uniões internacionais” tomaram hoje tal amplitude que sua análise tem sido empreendida no interior das investigações universitárias por alguns economistas “heterodoxos”, dos quais tenho utilizado os trabalhos sobre a teoria do oligopólio mundial. Com a extensão do processo de concentração-centralização do capital, a forma dominante de estrutura de oferta torna-se oligopólio (que reúne o pequeno círculo dos “melhores”). Pois bem, este deve ser definido como o exercício “coletivo”, entre vários, de uma posição de monopólio. O oligopólio não exclui fases de concorrência (ou de “rivalidade oligopólica”) severa, mas tem como característica central modalidades de estratégias capitalistas que

são feitas, de um lado, pela conservação das posições adquiridas mais que por sua amplificação e, de outro, pelo exercício do poder econômico que a grande dimensão procura. A operação de aquisição-fusão surge da centralização do capital e não supõe nenhum “crescimento positivo do capital social” (ver mais acima). Ao contrário, tornou-se, quase invariavelmente, uma maneira para o capital concentrado combater a baixa da taxa de lucro absorvendo outras firmas, para agregar suas partes do mercado às que elas já detêm, integrando eventualmente alguns elementos de sua capacidade de produção e de investigação técnica, mas desmantelando a maior parte. Em muitas das indústrias mundiais, a ampliação recente das operações de aquisições-fusões emerge de um processo eivado de cartelização. Paralelamente, se assistiu a uma evolução marcada pela vontade ainda mais manifesta dos grupos de grande dimensão, e isso também nos serviços (por exemplo, a grande distribuição altamente concentrada), de explorar o poder econômico resultante da dimensão em si, poder de monopólio e de “monopsônio” (poder do comprador) que nasce do próprio processo de concentração e de centralização do capital. É a última dimensão a considerar no crescimento dos traços “rentistas” dos grupos industriais. A multiplicação das participações minoritárias e sobretudo dos numerosos convênios de subcontratação e de cooperação interempresária de sócios de poder econômico amíúde muito desigual conduziu à emergência dessas formações híbridas que se designa pelo nome de “firma rede”. Essa evolução não teve somente o efeito de fazer as “fronteiras da firma” muito permeáveis e manchadas. Ela está igualmente na origem de um importante processo de “interferência” das fronteiras entre o “lucro” e a “renda” na formação dos lucros de exploração dos grupos. A maior parte do que se chama as “novas formas de investimento”, bem como a maioria dos convênios de subcontrato e de cooperação interempresarial de sócios de poder econômico líquido desigual, exigem que se proceda a uma decomposição entre: 1) o que concerne à criação de valor e de mais-valia no seio de uma firma capitalista dada, e 2) o que concerne à apropriação de valor e de mais-valia já criados, isto é, de uma punção sobre a atividade produtiva e o excedente de outra firma, de intrusões em sua própria cadeia de valor. Na maioria dos casos, o subcontrato industrial tem o caráter de uma “quase-integração”, que obriga entretanto o subcontratista e seus assalariados a suportar a maior parte dos riscos do mercado. Um especialista inglês pode destacar os traços do que ele chama “multinacionais de novo esti-

lo”, comparando-as com o “sistema nervoso central de um conjunto mais extenso de atividades, interdependentes mas administrados menos formalmente (que no modelo de gestão ‘clássico’ do grupo fortemente integrado dos anos 1960-79), do qual a função primeira é fazer progredir a estratégia competitiva global e a posição da organização situada no cerne (core organization)”. E para precisar: “não é somente, ou inclusive principalmente, pela organização de sua produção interna e de suas transnacionais sobre o modo mais eficaz, ou por suas estratégias de tecnologia de produto e de comercialização, que esta organização alcança seu objetivo, mas também pela natureza e pela forma das relações estabelecidas com outras empresas”. Modo pudico de subtrair a capacidade de uma categoria dada de firma para apropriar-se, em razão de seu tamanho e de seu poder de mercado, da mais-valia criada coletivamente no seio de um conjunto de empresas trabalhando em rede.

QUANTO TEMPO UM “REGIME DE ACUMULAÇÃO RENTISTA” PODE SER SUPORTADO?

A “mundialização do capital” está em um grau mais elevado que qualquer outro do capital que conserva a forma dinheiro, valorizando-se no interior da esfera financeira, mas nutrindo-se de punções sobre as rendas criadas no curso da produção de valor e de mais-valia. No livro II de *O capital*, Marx explica que as condições gerais da acumulação incluem a capacidade do capital industrial ou capital produtivo de estabelecer sua hegemonia sobre o capital comercial e o capital dinheiro e a subordinar suas operações às suas. A época de apodrecimento prolongado do envoltório das relações de propriedade está marcada por outro signo diferente. Constata-se, de fato, que o capital comercial, sob suas formas mais concentradas, recobrou uma capacidade considerável, seja para converter-se em rival direto do capital industrial efetuando certas ope-

rações (de liberador para a produção de bens de consumo final) que eram tradicionalmente da competência daquele, ou para impor-lhe punções sobre a mais-valia, mediante um controle eficaz do início da cadeia de valor, quer dizer, do acesso ao mercado. No caso do capital financeiro, trata-se de algo mais que isso. Trata-se da emergência de uma situação em que o próprio movimento dessa fração do capital é que tende a imprimir sua marca sobre o conjunto das operações do capital; onde se produz a afirmação pelo capital financeiro de uma autonomia sem precedentes frente ao capital industrial; “autonomia” cujos limites têm que se ater, entretanto, à viabilidade do meio (mesmo a curto prazo) de um “regime de acumulação rentista”, isto é, de uma gigantesca excrescência parasitária que vive da mais-valia e do subproduto, auto-sustentando e procurando fazer com que todo o corpo social compartilhe (jornalistas econômicos à frente) da ilusão fetichista de que o dinheiro tinha adquirido misteriosamente “a propriedade de criar valor, de juro, tão naturalmente como o pereiral produz pêras” (III, XXIV). Uma indicação do que significa um regime de acumulação dominado pelo capital rentista é proporcionada pela indicação que mostra a parte dos investimentos no total dos gastos internos dos EUA. Ela se refere a um só país, que se beneficiou de uma posição privilegiada de país-rentista centralizando mais punções parasitárias que qualquer outro. Mas o característico da mundialização financeira é precisamente conduzir a uma homogeneização dos ritmos da acumulação e de forçar o conjunto dos países centrais do sistema mundializado a alinhar-se às tendências que se afirmam nos EUA. Nos anos 90, o Japão, cuja taxa de acumulação era poderosa, conheceu ritmos que tenderam a alinhar-se à tendência norte-americana. Por quanto tempo a hegemonia do capital rentista como característica do sistema mundial pode ser suportada? O caráter fictício de uma ampla fração do capital financeiro não torna inevitável uma enorme crise? A resposta a estas perguntas não depende somente da economia, mas também do curso da luta de classes. Vamos examiná-la proximamente.